

Brasil teima em esquecer moratórias passadas

André Gustavo Stumpf

Moratória, essa palavra que tem assustado tanto aos funcionários e parlamentares brasileiros, não é novidade neste país, que já viveu outras crises. Mas a memória nacional é, usualmente, muito curta, tanto que teima em esquecer as moratórias passadas e reincidir na mesma situação: ou seja, acredita na possibilidade de vencer a distância que separa o país dos centros mais desenvolvidos através da agregação da chamada poupança externa. Um dia chega a conta, e lá vai o Brasil negociar novos vencimentos para a nota promissória.

Quando a Sr.ª Ana Maria Jul, uma chilena que vende seus serviços ao Fundo Monetário Internacional, dá uma longa entrevista na porta do Palácio do Planalto, descrevendo em detalhes a situação econômica do país, não está inovando nada em matéria de intromissão nos problemas internos do país. Ela está simplesmente fazendo o que já foi feito algumas vezes ao longo de nossa precária República. Até 1950, quatro missões estrangeiras visitaram o Brasil produzindo relatórios e recomendações sobre economia e administração: duas inglesas e duas norte-americanas.

As duas primeiras foram inglesas, a de Lorde Montagu e a de Sir Otto Niemeyer, em 1924 e 1931. As duas últimas foram norte-americanas: a Missão Cooke, em 1942, e a Missão Abbink, em 1948. A mudança do credor é evidente. Antes os ingleses eram os principais fornecedores de empréstimos para o Brasil. Depois da guerra, os norte-americanos assumiram aquele papel e continuam a exercê-lo com a maior tranquilidade. A detalhada entrevista da Sr.ª Jul na porta do Palácio do Planalto é uma evidência deste fato. Ela fala em espanhol, o que facilita seu entendimento com os jornalistas.

O relatório do Sr. Otto Niemeyer, em 1931, resultou no que se chamou de “esquema Oswaldo Aranha”, em 1934, para retomada do pagamento do serviço da dívida externa, suspenso em 1931. Quer dizer, entre 1931 e 34 o Brasil viveu uma moratória, parou de pagar tudo e, não obstante este fato, continuou a viver. A crise de 1929 afetou profundamente a economia ocidental e dentro dela o Brasil. Algo assemelhado ao que ocorreu na década de setenta com o choque do petróleo.

Em 30, a República baseada na economia do café e na política de governadores foi substituída pela articulação dos tenentes e pela habilidade de Getúlio Vargas. Uma vez no poder, o novo regime parou de pagar suas contas externas e não foi derrubado. Ao contrário, Vargas permaneceu no poder até 1945, apesar da moratória unilateral que promoveu, recurso aliás fundamental para manter a estabilidade em um país que foi duramente atingido pela crise da Bolsa de 1929.

A exposição de Motivos do ministro da Fazenda, em fevereiro de 1934, é um documento histórico e atualíssimo. Por essa razão, a exposição de motivos e o decreto, de cinco de fevereiro de 1934, são aqui, transcritos na íntegra:

Resenha

Gaúchos criticam

política econômica

As diretorias da Federação e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul aprovaram a “Declaração de Princípios” que irá nortear a ação das duas entidades até 1986. O documento condena o drigismo econômico e pede que a condução da política econômica, para que seja compatível com a atualidade brasileira e maximize as potencialidades do País, seja feita com a participação dos seus verdadeiros agentes, que são as empresas, os empresários e os trabalhadores.

Cacauicultor pede

fim de imposto

A diretoria do Conselho Consultivo do Plano da Lavoura Cacauêira pediu ao presidente em exercício, Aureliano Chaves, a extinção da cobrança do Imposto sobre as Exportações do Cacau, cuja alíquota em escala descendente passa a ser de 5 por cento sobre o valor total das vendas para o exterior, a partir de novembro. Segundo o presidente da entidade, Salomão Mafuz, melhor seria a extinção pura e simples da medida, embora, seja ela de caráter temporário. Os cacauicultores sugeriram ainda ao presidente Aureliano Chaves que o governo adote providências para viabilizar a transferência de gado das regiões nordestinas limítrofes assoladas pela seca para as pastagens desocupadas do Sul da Bahia, até acabar a estiagem. Aureliano Chaves ficou de estudar as duas sugestões.

Deve cair safra

agrícola em SP

A produção de alimentos na safra 83/84 irá diminuir, segundo concordaram, em Campinas, (São Paulo), o secretário da Agricultura, José Gomes da Silva, e o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado (AEAESP), José Maria Sebastião. Ambos disseram que a redução se dará na faixa (estimada em 30 por cento da produção) de agricultores mais capitalizados, que deverão usar o capital de giro em outras aplicações, especialmente no mercado de papéis. Para José Sebastião, o incentivo a outros investimentos é atualmente o ponto negativo na política federal do setor, pois “é melhor ficar na sombra do que trabalhar”. Segundo ele, os pequenos e médios produtores, que formam os restantes 70 por cento ainda plantam porque não conseguem vender as máquinas agrícolas. O presidente da AEAESP criticou o fato da agricultura ter propiciado a industrialização no Brasil, a partir dos anos 50. “E, em troca, recebeu somente a depauperação do solo, agora bastante erodido. Nesse período, deixou-se de devolver aquilo que a agricultura bancou”.

Produção de aço

latino-americana

A produção latino-americana de aços cresceu 1,7 por cento, no primeiro semestre do ano corrente. A informação é do Instituto Latino-americano de Ferro e Aço (Ilafa). A produção de janeiro a junho último totalizou 13 milhões 313 mil 700 toneladas, enquanto a do mesmo período no ano passado ficou em 13 milhões 94 mil 700 toneladas. O crescimento de apenas 1,7 por cento não está sendo considerado modesto, tendo em vista a queda de 8,5 por cento na produção de aços dos 29 principais países de economia de mercado do mundo (menos 13,4 por cento nos oito países da Comunidade Econômica Européia; menos 5,9 por cento nos Estados Unidos; e menos 9,8 por ceanto no Japão). Para este ano todo, a perspectiva é de que a produção latino-americana de aços totalize uma quantidade próxima das 27 milhões 300 mil toneladas, um pouco mais do que o produzido nos anos 1981 e 1982, mas 6 por cento menos que a produção de 1980, a maior de todos os tempos na América Latina.

Interbrás exporta

álcool para EUA

A Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool-Sopral contratou com a Interbrás (trading da Petrobrás) a exportação de 60 milhões de litros de álcool anidro para os Estados Unidos. Esse volume de exportação sairá da produção excedente de álcool das destilarias filiadas à entidade.

Açominas ganha

ação na Justiça

A Açominas, empresa do Grupo Siderbrás, acaba de ganhar ação ordinária que moveu contra a Açominas — Distribuição, Comércio e Representações de Produtos Siderúrgicos Ltda, de Campinas — São Paulo. A ação visou a modificação de sua denominação social e foi julgada procedente pela 1ª. Vara Cível da Comarca de Campinas, Walter Vieira. A empresa de Campinas foi condenada a alterar o seu nome comercial, excluindo dele o termo Açominas, e a pagar as custas e os hcnorários, além de perdas e danos.

APPE discute,

preço do estanho

A Associação dos Países Produtores de Estanho (APPE) se reunirá em La Paz na primeira semana de outubro, a fim de estudar medidas que evitem a queda dos preços do metal no mercado mundial, informou o ministério boliviano da Mineração e Siderurgia. A APPE, integrada pela Malásia, Tailândia, Indonésia, Austrália, Nigéria e Bolívia, adotará decisões conjuntas que contribuam para o estabelecimento de preços justos para esta matéria-prima. Sessenta por cento da produção mundial de estanho está sob controle da APPE.